



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS III - GUARABIRA  
CENTRO DE HUMANIDADES  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**MARIA LILIANE FERREIRA DOS SANTOS**

**CAPOEIRA: DA CONDIÇÃO DE CRIME A PATRIMÔNIO CULTURAL**

**GUARABIRA-PB  
2016**

**MARIA LILIANE FERREIRA DOS SANTOS**

**CAPOEIRA: DA CONDIÇÃO DE CRIME A PATRIMÔNIO CULTURAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação do Curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento á exigência para obtenção do grau de Licenciada em História.

Orientador (a): Prof.º. Dr. Waldeci Ferreira Chagas

**GUABARIBA-PB**

**2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S237c Santos, Maria Liliane Ferreira dos  
Capoeira: [manuscrito] : da condição de crime a patrimônio cultural / Maria Liliane Ferreira dos Santos. - 2016.  
28 p.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em HISTÓRIA)  
- Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades,  
2016.  
"Orientação: Waldeci Ferreira Chagas, Departamento de  
História".

1.Capoeira. 2.Patrimônio Imaterial 3. Cultura Afro-brasileira. I. Título.

21. ed. CDD 798.13

MARIA LILIANE FERREIRA DOS SANTOS


**CAPOEIRA: DA CONDIÇÃO DE CRIME A PATRIMÔNIO CULTURAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação do Curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciada em História.

Aprovada em: 25/10/2016

BANCA EXAMINADORA

  
Prof.º Dr.º Waldeci Ferreira Chagas  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/DH)  
Orientador

  
Prof.ª Dr.ª Simone da Silva Costa  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/DE)  
Examinadora

  
Prof.ª Ms. Naiara Ferraz Baileiro Alves  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/DH)  
Examinadora

Dedico este trabalho a meu pai Manoel Camilo  
(in memoriam), pelo incentivo de me tornar  
capoeira.

## AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pelas bênçãos colocadas em meus caminhos, pela oportunidade de realizar meu sonho.

A minha mãe Severina, mulher batalhadora que em meio às dificuldades da vida lutou para dar um futuro digno aos filhos e conseguiu.

A meu pai Manoel Camilo (in memoriam), pelo seu imenso amor a mim dedicado e seus concelhos para estudar.

A minha irmã Lilian pelo seu apoio, amor, carinho a mim dedicado.

A minha amiga quase irmã Maria Aldeizy por esta sempre ao meu lado diante as dificuldades como também compartilhando de minhas alegrias.

A meu orientador Waldecir Ferreira Chagas por ter aceito ser meu orientador e me ajudado no desenvolver deste trabalho

A meu Mestre de capoeira Júnior por compartilhar seus conhecimentos e apreciar uma bela arte.

A meu professor de capoeira Leandro ( Leleo) pela paciência, e aulas fascinantes de capoeira.

A meus amigos capoeira: mulheres, homens e crianças pela alegria contagiante sempre demonstrada.

## SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO -----	04
2 - DO TRÁFICO DO NEGRO NA ÁFRICA A CHEGADA AO BRASIL -----	04
3 - A REIVENÇÃO DA CULTURA AFRICANA NO BRASIL -----	10
4-CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	23
REREFÊNCIAS -----	25

## CAPOEIRA: DA CONDIÇÃO DE CRIME A PATRIMÔNIO CULTURAL

Maria Liliane Ferreira Dos Santos<sup>1</sup>

### **RESUMO:**

Este artigo tem como proposta discutimos a trajetória de como a capoeira, se tornou reconhecida pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - como patrimônio cultural imaterial do Brasil. Assim, no decorrer deste trabalho buscaremos relatar essa trajetória histórica, abordando desde momento em que os “Negros” oriundos do continente Africano adentra ao Brasil, para serem escravizados, no qual trouxeram consigo saberes, que ganharam ressignificação, a exemplo a “Capoeira”, a qual discutimos neste trabalho, fazendo uma explanação historiográfica das etapas, quando a mesma passou a ser perseguida pela lei que a tornava crime, quando a tornou a sua prática legalizada e por fim sendo reconhecida como patrimônio. De modo que, para realização do referido trabalho algumas leituras foram relevantes a exemplo de: AZEVEDO (1987), CAPOEIRA (1985), MATTOS (2016), REGO (1968) dentre outros.

**Palavras-chave:** Capoeira. Patrimônio Imaterial. Cultura Afro-brasileira.

### **DO TRÁFICO DO NEGRO NA ÁFRICA A CHEGADA AO BRASIL**

O presente trabalho parte através do interesse e incentivo do meu pai a praticar a capoeira, e no entanto quando comecei a participar do grupo de capoeira, iniciou indagações referente a capoeira, e buscava sempre explicações com o professor, mas o mesmo não respondia tais indagações, pedia sempre para pesquisar, para que viesse a encontrar a resposta para tais indagações, a partir de então despertei a pesquisar e analisar essa temática neste trabalho.

O Brasil é o país que tem o maior contingente de negros fora do continente africano, isso se deve ao tráfico dos africanos e seu uso como mão-de-obra escravizada, na produção de riqueza a partir do processo de colonização que os portugueses empreenderam na nova terra.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba- Campus III, Guarabira- PB.  
Email: liliane\_rcc@hotmail.com



A transformação do Brasil como colônia produtora e o uso da escravidão como meio de trabalho está diretamente relacionado à chegada dos portugueses ao Brasil em 1500, e por extensão as grandes navegações marítimas. Pois os portugueses tinham o objetivo de chegar às índias em busca das especiarias. Em meio ao trajeto que fizeram com destino as especiarias na Índia, cujo caminho foi encontrado por Vasco da Gama em 1498 em uma de suas expedições, perceberam que se obtinha um comércio lucrativo, e ao serem informados sobre tal comércio, adentraram ao mar em busca deste e da lucratividade que proporcionaria a coroa portuguesa.

Uma das teses que explica a chegada dos portugueses ao Brasil em 1500, conta que houve um desvio da rota que os levariam a Índia, e em virtude do desvio da rota, os portugueses chegaram ao Brasil e se depararam com os nativos, com os quais levaram certo tempo para estabelecer comunicação, entendê-los e estabelecer convivência. Estabelecida comunicação os portugueses utilizaram de suas facetas para que os indígenas comesçassem a servi-los, ou seja, a trocar os objetos que desconheciam. Os indígenas ofertaram aos portugueses os metais preciosos, enquanto os portugueses trocaram pelos objetos que trouxeram a exemplo de: espelhos, escovas entre outros objetos desconhecidos dos indígenas, tornando-os assim os primeiros “escravos” no Brasil.

Não demorou e os indígenas foram descartados enquanto mão-de-obra, devido à ociosidade pertinente a sua rotina de trabalho, à sua cultura ser divergente do europeu, as doenças que lhes eram transmitidas pelos colonizadores que estavam os levando a óbito, dentre outros motivos. Sobre o fim da escravidão indígena, além desses aspectos deve-se considerar a resistência ao modelo de trabalho que lhe foi imposto. Acerca dessa questão Prado Júnior ressalta que:

Além da resistência que ofereceu ao trabalho, o índio se mostrou mau trabalhador, de pouca resistência física e eficiência mínima. Nunca teria sido capaz de dar conta de uma tarefa colonizadora levada em grande escala. O índio brasileiro, saindo de uma civilização muito primitiva, não podia adaptar-se com a necessária rapidez ao sistema e padrões de uma cultura tão superior à sua, como era aquela que lhe traziam os brancos. (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 22).

Para além dos motivos acima elencados, outro motivo que levou os portugueses a por fim a escravidão indígena foi à lucratividade decorrente dessa atividade. A escravidão indígena não se tornou um bom negócio, visto o indígena está na terra. Enquanto o africano esse sim se constituiu numa fonte rentável visto proporcionar lucro ao comerciante que organizava a empreitada à África, ao mercador que negociava os

africanos nos portos brasileiros, além do lucro garantido aos senhores nos engenhos e fazendas decorrentes do trabalho que os escravos comprados realizavam e o percentual de impostos que os mercadores pagavam a Igreja Católica. Devido a esses motivos e com o decreto do Márquez de Pombal pondo fim a escravidão indígena os portugueses para manter seu projeto de colonização do Brasil resolveram buscar na África a mão-de-obra necessária a manutenção de sua proposta, deixando os indígenas livres do trabalho escravo.

Assim os portugueses iniciaram a exploração/escravização dos negros como mão-de-obra, o que se tornou muito lucrativo. Os negros eram capturados na África pelos próprios negros, pois se diferenciavam por diversos aspectos, o que os tornavam “divergentes” no que diz respeito à cultura e identidade. A escravidão na África já existia antes dos Portugueses chegarem a esse continente e se tornarem comerciantes de escravos. De acordo com Domingues:

Os africanos escravizavam-se uns aos outros por uma questão de identidade cultural. Ao contrário dos europeus, no princípio do tráfico negreiro, e ainda bem depois disso, os africanos não se reconheciam como africanos. Eles se identificavam de diversas maneiras, como pela sua família, clã, tribo, etnia, língua, religião, país e estado. Essa diversidade sugere uma sociedade bem mais complexa do que aquela a que estamos acostumados e designamos por “africana”. (DOMINGUES, 2010, p. 01)

Mesmo na África os africanos exerciam trabalhos escravos. Para capturarem, os portugueses estabeleceram alianças com os reinos e impérios africanos, armavam reinos contra outros reinos e o resultado das guerras entre as etnias era o escravo de guerra que não ficava mais com os reinos vencedores para servi-los, mas eram negociados com os portugueses. Assim cada etnia negociava com os portugueses os escravos conquistados. Além do escravo de guerra havia outras modalidades de escravos como o escravo por crimes, endividamentos, assim como também aquelas pessoas que simplesmente se entregavam como escravos por sentirem fome e terem sido abandonadas, assim ressalta Mattos:

Os cativos podiam ser obtidos em guerras entre os próprios estados africanos, incentivadas por processo de expansão. Nesse caso, os povos subjugados passavam a ser tributários e submetidos à servidão. As disputas políticas motivadas, por exemplo, pelo rapto de mulheres das linhagens mais importantes, resultavam igualmente na escravização de pessoas. Na tentativa de sobrevivência, a fome ocasionava a venda de si mesmo ou de parentes, e os castigos penais por crime ou por dívida eram outros meios de escravização na África. (MATTOS, 2015, p.65).

Durante a colonização do Brasil os africanos além de serem submetidos à condição de escravizados tinham que esquecer o ser humano que eram. O processo de

captura na África o desumanizava, deixando-os, sem o direito de ter o que é de base para a sustentabilidade do ser humano, no qual também eram tratados com desumanidade. A partir de então tiveram que ressignificar sua cultura e identidade, de modo que se inserissem a nova realidade. Reagiram e por isso, os senhores recorreram às punições como meio de fazê-los aceitar a condição a que foram submetidos, e deveriam entender que eram inferiores aos brancos, e, portanto, lhes deviam obediência e ainda teriam que ser gratos pela vida que levavam, mesmo com todo trabalho que lhes cabiam realizar.

Os africanos foram obrigados a deixar de lado a sua cultura, a começar pelo seu próprio nome, assim também foram submetidos a deixarem de praticar a sua religião rejeitada e taxada de demoníaca.

Capturados na África e traficados para o Brasil os africanos eram transportados em navios negreiros, em péssimas condições e acorrentados, sem o mínimo de condições humanas. Largados nos porões dos navios eram obrigados a fazer suas necessidades fisiológicas no mesmo local que estavam alojados, alguns não conseguiam suportar o odor do ambiente, chegavam por vezes a óbito, todavia os mortos não eram removidos de imediato, permanecia no local durante certo período, o que contribuía para a insalubridade ainda mais e quando retirados eram lançados ao mar. (GASPARETTO JÚNIOR, 2009).

Os navios negreiros não ofereciam condições dignas, o porão era um ambiente escuro, sujo, inóspito e nele homens e mulheres eram alojados como se fossem animais. Afora isso a alimentação e a água potável eram insuficientes e não davam para saciar a fome e a sede durante a viagem. Ocorria de durante o percurso ingerir água salgada e morrer. A alimentação era inadequada, e o tamanho do porão não era equivalente à quantidade de pessoas embarcadas. Por isso, eram colocados de forma tumultuada, por não serem considerados “gente”. (GASPARETTO JÚNIOR, 2009).

Devido o longo período de tempo que passavam no trajeto da África até o Brasil dividindo um espaço pequeno e fétido, nem todos os africanos que embarcavam e desembarcavam no local destinado, chegavam sadios, pois durante a viagem contraíam várias doenças. Os que não morriam em função das doenças adquiridas durante a viagem se suicidavam lançando-se ao mar, devido ter sido desagregado de sua terra com tamanha brutalidade e desumanidade. Assim ressalta Gasparetto Junior (2009):

Os movimentos das caravelas faziam com que muitos passassem mal e vomitassem no mesmo local. Os alimentos simplesmente eram jogados nos

compartimentos uma ou duas vezes por dia, cabendo aos próprios negros promover a divisa da alimentação. Como os integrantes do navio não tinham o hábito de entrar no porão, os mortos permaneciam ao lado dos vivos por muito tempo. Quando o navio encontrava alguma dificuldade durante seu trajeto, o comandante da embarcação ordenava que os negros moribundos ou mortos fossem lançados ao mar, como alternativa para reduzir o peso do navio. (GASPARETO, 2009, p. 02)

Em meio à rota que faziam para chegar ao Brasil, o navio estava sujeito a apresentar problemas técnicos e os primeiros sinais de problema que o navio apresentasse os negros que estivessem doentes e mortos eram retirados e jogados ao mar. O intuito era diminuir o peso da carga, esse era um dos momentos em que os responsáveis pelo tráfico negreiro passavam nos porões do navio para fazer a retirada dos corpos dos que morreram e aglomeravam o espaço, pois não representariam lucros. O maior intuito do tráfico de negros para o Brasil era o rendimento que se tinha, era um comércio que envolvia uma série de pessoas dos mais variados continentes a exemplo da Europa e América. De acordo com Valente: “Os portugueses, a partir do momento que começaram a expandir seus domínios pela costa africana no século XV, iniciaram o tráfico dos negros como escravos, pois isso se mostrava uma atividade bastante lucrativa” (VALENTE, 1987, p.10).

Por terem sido capturados na África os africanos não sabiam para onde seriam levados e não tinham o direito de escolher o lugar onde iria trabalhar e nem seriam remunerados, mas inseridos no sistema de trabalho escravista.

Em meados séculos XVI desembarcaram no Brasil os primeiros navios negreiros, nos seguintes portos: Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco. Ao desembarcarem e serem comprados por aqueles que seriam seus donos, subsequentemente eram levados para seus “locais de trabalho”, nas seguintes localidades do interior para o trabalho na agricultura nas fazendas e engenhos no Maranhão, São Vicente, Minas Gerais, Ouro Preto. Foram levados também para as fazendas e engenho do Mato Grosso, (PORTALSAOFRANCISCO, 2011, p.03)

Quando os navios negreiros estavam para chegar com uma nova carga de africanos, os senhores que detinham do poder aquisitivo, logo eram comunicados para comparecer aos portos e participar do leilão que ocorria. Os negros vinham das diversas regiões da África sendo eles de culturas e etnias diferentes, ao desembarcar todos eram expostos nos pontos de comercialização. Os africanos eram trazidos de vários pontos da África como: Angola, Benin, Congo, Costa do Marfim, Guiné, Mali e Moçambique. (PORTALSAOFRANCISCO, 2011, p.03)

Desde o processo de desembarque os africanos perdiam sua etnia, nome e origem e passavam a ser considerados peças e negros. Passavam a ser chamados pelo nome do porto no qual embarcaram em África.

Ainda dentro dos navios eram separados, o intuito era não permitir que ao desembarcarem os senhores comprassem certo número que falasse o mesmo idioma, fosse da mesma família, etnia ou região. O intuito era prevenir que se unissem e provocassem rebelião no engenho ou fazenda para onde seriam levados. No geral: “Quando aqui chegavam eram separados para que um senhor não ficasse com negros que falassem o mesmo dialeto, a fim de evitar que se comunicassem e armassem rebeliões”. (FONTOURA e GUIMARÃES, 2002, p.02).

Quando desembarcavam os escravos eram levados para tomarem banho e se prepararem, nas celas que ficavam nos portos, pois tinham que ganhar boa aparência e características saudáveis. Ainda podiam ser marcados com ferro quente para serem identificados, este momento era crucial, pois representava a perda total de sua humanidade. Após esse processo eram colocados a leilão, algumas vezes haveria a probabilidade de serem vendidos, os que não fossem comprados eram mortos. De acordo com Cavalcante:

Nas casas de leilão, após a triagem nas celas, os escravos eram expostos para que famílias abastadas escolhessem um membro com as características físicas consideradas adequadas á época a um trabalhador escravizado. Aqueles que não se encaixassem e não fossem escolhidos por ninguém podiam ser assassinado. Havia dois tipos de leilões; aqueles que vendiam pelo maior lance e o pegue e vá.(CAVALCANTE, 2012, p 01).

A mão-de-obra vinda da África chamava atenção dos senhores latifundiários e logo se tornou produto de comercialização. O processo de compra e venda de escravizados foi um grande negócio no mercado, pois possibilitava aos comerciantes lucros altíssimos, nesse comércio estavam inseridos: homens, mulheres e crianças e seu valor variava de acordo com a idade, e o tipo físico, o que levava os senhores a inseri-los nas diferentes funções.

Os africanos não eram apenas vendidos como escravizados, nem só leiloados havia outra forma de comercializa-los, no entanto: podiam ser alugados. O aluguel de escravizados era mais lucrativo para os proprietários, permitia que os escravizados de um proprietário emprestasse o serviço ao outro, sem que isso viesse causar prejuízo. Também havia os chamados “escravos de ganho” eram aqueles homens e mulheres que se destacavam por alguma habilidade que sabiam fazer, ou seja, tinha a habilidade de

confeccionar algum tipo de ferramenta, daí assumiria o comércio do seu fazer como vendedor, por algumas vezes esses escravizados tinham uma pequena remuneração que era destinada as suas vestimentas e até mesmo a sua alforria, a maior parte do que arrecadava como vendedor era para o seu proprietário.( MUNDO DA EDUCAÇÃO, 2015, p. 02)

O aluguel também podia acontecer pelo fato do proprietário esta com suas condições financeiras comprometidas, por esse motivo cedia seus escravizados a outro senhor e era recompensado. Além de perder sua identidade, ser tratado como mercadoria e serem espancados pelos feitores para chegarem ao seu “destino”. De acordo com Areias os escravizados viviam:

Trabalhando num regime de sol a sol, comandados pelos chicotes dos feitores, eles derrubavam as matas, preparavam a terra, plantavam a cana e produziam, com o amargor do seu sofrimento, o açúcar, doce riqueza dos seus senhores. (AREIAS, 1996, p.11).

## **A RESSIGNIFICAÇÃO DA CULTURA AFRICANA NO BRASIL**

Os africanos chegaram aos seus “destinos finais” desinformados do local onde passariam a morar, assim como desconheciam a língua falada, tudo era novo e seria aprendido no dia a dia na convivência uns com os outros e na relação com os seus senhores/as. Por desconhecerem a terra e a cultura do local onde foram inseridos como escravizados e tratados pelos senhores como seres irracionais, mesmo assim reinventaram-se e reinventaram os saberes que trouxeram da África e forjaram a resistência.

Logo, onde houve escravidão, conseqüentemente também ocorreu a resistência. Os negros criaram algumas formas de resistir à vida que foram obrigados a ter. Contrariaram aos seus senhores, pois realizavam fugas, geralmente para as matas e formaram os quilombos, se desfaziam dos instrumentos de trabalhos, entre outros meios por eles encontrados, como forma de resistência, fazia o uso da capoeira, para sua defesa pessoal diante dos capatazes e até mesmo como diversão no final de cada colheita.

A capoeira foi um meio de resistência eficaz, era transmitida como uma simples dança de negros, quando na verdade era uma luta oriunda dos saberes trazidos por eles. Os saberes trazidos no cunho da memória possibilitou que resistisse a toda e qualquer forma de trabalho e tortura psicológica a que foram submetidos. Assim nos faz ressaltar diante desta reflexão. (Petta,1996, p. 51), quando afirma que {...} “por voltar de 1550 é

que os primeiros escravos africanos começaram a desembarcar no Brasil, oriundos de diferentes tribos, trazendo os seus costumes, suas culturas.”

Como os africanos não possuíam armas para iniciar uma rebelião, mesmo assim eles não deixavam de se defenderem, encontrando assim na capoeira, uma forma silenciosa para organizarem nos momentos oportunos de discussões com “feitores”, tendo em vista que os feitores desconheciam a luta da capoeira, executada com musicalidade, instrumentos específicos para o som apropriado.

Para tanto os senhores se sentiam ameaçados com tal ação e tinham receios de rebeliões e proibia os negros de praticar. Entretanto, de acordo com (Mello, 1996, p. 32) “essa prática se dava de maneira clandestina, pois, uma vez que ela era utilizada como arma de luta, os senhores-de-engenho passaram a coibi-la veementemente, submetendo a terríveis torturas todos aqueles que a praticassem”.

Diante da opressão devido a prática da capoeira, os negros não deixaram de executá-la, fosse para sua defesa pessoal, ou como meio de diversão a cada final de colheita, tendo assim resistência por parte dos que lutavam pois a capoeira não era liberada.

A capoeira se constituiu umas das formas de resistência, mesmo que não fizesse o confronto direto com o feitor, foi a oportunidade que os escravizados tiveram para promover a convivência na fazenda e de demonstrar ao seu senhor, uma das suas formas de diversão, mas aproveitavam o ensejo para treinar. Sobre tal questão (Santos, 1990) ressalta que: Para assegurar a sobrevivência da capoeira naquela época, os capoeiristas, quando na presença dos senhores de engenho, praticavam-na em forma de brincadeira, quando, na verdade, estavam treinando. (SANTOS, 1990).

Assim também se utilizavam de instrumentos, para dar ritmo que servia de sinais para entender e compreender a hora certa, que deveria mudar a forma de se portar na roda de capoeira, a exemplo da mudança do ritmo ao perceberem a chegada do feitor, deixando o jogo, logo passando para a dança com receio de serem punidos por estar á praticar a capoeira.

No momento em que os africanos chegaram ao Brasil se depararam com os vários povos de diversas localidades, e estando em um lugar tão diferente aos seus olhos procuraram se relacionar com aqueles que lhes lembravam de seu lugar de origem na intenção de projetar naquele local seu modo de vida, seus costumes sua etnia. Com a diversidade no Brasil os africanos tanto aprenderam novos costumes como trouxeram

consigo seus saberes e assim contribuíram para que os mesmos fossem implantados no Brasil tornando assim a cultura afro-brasileira. De acordo com Mattos:

Os africanos, quando chegaram ao Brasil, passaram a conviver com diversos grupos sociais – portugueses, crioulos, indígenas e africanos originários de diferentes partes da África. Nessa diversidade social tentaram garantir a sobrevivência, estabelecendo relações com seus companheiros de cor e de origem, construindo espaços para a prática de solidariedade recriando sua cultura e suas visões de mundo. Dessa maneira, integraram as irmandades católicas, praticaram o islamismo e o candomblé e reuniam-se em batuques capoeiras. Com isso, os africanos influenciaram profundamente a sociedade brasileira e deixaram contribuições importantes para o que hoje de cultura afro-brasileira. (MATTOS, 2016, p.155).

Os negros não puderam trazer nenhum de seus pertences, nada que lhes lembrassem de onde vieram, mais trouxeram seus saberes e valores culturais, que foram demasiadamente sendo colocados no cotidiano, exemplo disso são as danças, religiosidade, culinária, vestimentas, mas o que ganhou ressignificação, foi a capoeira e a sua religiosidade suas práticas não era tão valorizada quanto na África pois lá sua posição era completamente diferente em relação ao Brasil, vieram de lugar onde eles “mandavam” para outro no qual recebiam ordens e eram obrigados a trabalhar como seres que só serviam para servir seus senhores. Sobre tal questão:

É necessário salientar que o negro não veio sem cultura do seu local de origem. Ao entrar no Brasil ele viu uma realidade totalmente diferente da que vivia, visto que para o colonizador europeu eles eram considerados somente como mão-de-obra, mas o negro no continente africano vivia em tribos, lá ele era príncipe. A heterogeneidade cultural das etnias africanas era imensa, ou seja, lá se tinha uma prática cultural diferenciada, dependendo da região à qual pertencia. (NEGROS NO BRASIL, 2015, p. 04)

Diante das limitações impostas pelos seus senhores, os negros mesmo escravizados buscavam não esquecer os seus valores culturais, para tanto, recorreram as formas e métodos que viessem a colocar em prática, pois não poderiam perder a sua identidade, cultura e religiosidade. Eles tinham a necessidade de colocar em prática os saberes aprendidos com seus antecedentes, mesmo que tivessem que aceitar no momento do desembarque uma identidade forjada, por aquelas pessoas que iriam comandá-las no ambiente de trabalho designadas pelo seu senhor. Ao colocar em ação suas culturas por muitas vezes eram punidos, mas resistiram às punições a continuaram a praticar os seus saberes. De modo que a cultura africana adentrou no Brasil, de tal forma que está incutida no cotidiano do brasileiro.

A cultura africana derramou-se no Brasil e se faz presente em nosso cotidiano, desde as canções de ninar, cantadas pelos negros e negras nos cuidados aos filhos dos senhores de engenho, aos alimentos presentes em nossa mesa, na transformação linguística que fez em nossa língua, aos ritmos inseridos em nossa cultura, nas expressões religiosas construídas em nossa



terra, na formação gregária dos quilombos, que acolheram os marginalizados no período colonial entre outras tantas expressões.( OLIVEIRA, 2012, p. 02)

Todavia os negros quando chegaram ao Brasil além de encontrarem dificuldades para se adaptarem ao sistema escravocrata ao qual foram submetidos deixaram de praticar a sua religião que trouxeram na memória, pois os missionários católicos tinha a missão de tentar catequiza-lo nessa religião. Os negros relutavam diante da catequização, até por que eles já tinham a sua religião a sua forma de vivência uma espiritualidade. Mas em meio a relutar, os negros para colocar a sua religiosidade em prática, começaram a adentrar o espaço da igreja católica, para não serem reprimidos, e, no entanto, produziram esculturas de madeira ou barros com semelhanças as imagens dos santos da igreja católica, o intuito era praticar os seus cultos, pois se fossem vistos praticando dessa forma não eram punidos.De acordo com Aragão:

O catolicismo como religião dominante, imposta pela catequização e ideal colonizador da igreja contra reformista, não cedia espaço à cultura do dominado para manifestar atos, mitos e ritos de origem. Sendo assim, os africanos e os seus descendentes do Brasil encontraram meios de sobrevivência religiosa e de resistência cultural, incorporando à sua religião imagens de cultos católicos de forma sincrética. Trazendo para o seio de sua crença politeísta-panteísta, 1 elementos adaptado de religião monoteísta dominante. Fruto da imposição que ocorreu no processo de formação social brasileira. Transformando em práticas singulares o catolicismo brasileiro, resultante da hibridização religiosa que historicamente aqui se configurou. (ARAGÃO, 2013, p.02)

Em meio às perseguições, pelas quais os negros passaram no Brasil, para vivenciar a sua religião e cultura tiveram que ressignificá-las para poder ser praticada, pois a perseguição da igreja católica era constante. O corpo que compunha a igreja católica entendida que a religião que os negros buscavam colocar em prática no Brasil, estava ligada a feitiçaria, entre outros adjetivos pejorativos. Logo, os que fossem vistos praticando eram punidos pela sua resistência já que sabiam da proibição que se tinha.

Assim foi preciso que os negros a todo o momento lutassem pela legitimidade da sua religião, e ocupasse o espaço que possui na sociedade contemporânea. Mesmo com o passar dos séculos, a religião de matriz africana, continua sofrendo perseguição das pessoas que continuam com seu olhar preconceituoso não somente em relação a religião, mais também com toda a cultura negra que foi inserida no Brasil.

Dentre as diversas culturas existentes no Brasil e as múltiplas formas de resistência dos escravos em terras brasileiras, a que mais se intensificou foi à capoeira, uma luta que ao mesmo tempo era uma dança. Tida como instrumento de liberdade, assim o Brasil ficou conhecido em outros países através da capoeira.

Por ser praticada pelos negros a capoeira era algo perigoso para os senhores/as de escravos, tendo em vista que era desconhecida entre os “brancos”. Os escravos não tinham como se defender do destino a eles traçado, não possuíam armas que pudessem se defender, desse modo usavam seu próprio corpo como defesa pessoal. Segundo Martins “A capoeira teve sua origem através dos negros africanos, que foram trazidos para o Brasil na forma de escravos, eles utilizavam uma luta camuflada em forma de dança para defenderem-se”. (MARTINS, 2004, p. 07)

Em meados do século XIX a capoeira era uma luta exclusiva dos negros africanos tornando-se assim uma ameaça pública, de maneira que implantava a insegurança na sociedade, que desconhecia essa prática, os mesmos buscavam meios que viesse aniquilar as ameaças que os capoeiras representavam a sociedade. De maneira que logo em seguida a capoeira tornou-se uma luta proibida sendo castigados, aqueles que fossem pego fazendo uso da mesma. “Portanto, desde primórdios do Estado brasileiro os capoeiras representavam uma preocupação que precisava de políticas de repressão por parte das autoridades”. (AZEVEDO, 1987, p.67).

Os/as negros/as eram torturados por inúmeros motivos, mas o principal motivo que os levavam as prisões era a prática da capoeira, após ter sido proibida. Sendo assim diante da proibição os capoeiristas eram considerados marginais que causavam “badernas”, além de serem considerados “perigosos”. Para tanto na intenção de estabelecer a segurança foi lançado um decreto em 1890, com o intuito de impedir o uso de uma das expressões da cultura afro-brasileira, a capoeira, uma forma de resistir, inventada pelos negros/as que a sociedade brasileira enxergou como ameaça. Assim ressalta Vidor. “Na primeira metade do século XIX, o principal motivo de prisão dos capoeiras, em sua maioria escravos era a própria prática da capoeira.” (VIDOR, 2013, p. 28).

No período escravocrata iniciou-se uma grande perseguição aos capoeiras por serem reconhecidos por sua habilidade, o que causava pavor e insegurança aos partidários da escravatura. De modo que ao serem vistos praticando a capoeira em qualquer ambiente, eram inicialmente castigados com 200 chibatadas, de forma que mais tarde essa determinação foi reformulada, diminuindo as chicotadas. Todas as punições eram requeridas e aplicadas por policiais, mesmo com os castigos os capoeiras ainda eram obrigados a trabalhar para o governo.

As autoridades se sentiam na obrigação de manter a ordem e punir aqueles que viessem a contrariar as leis e provocar tumultos com práticas de lutas que deixasse a

população em perigo e desobedecesse a ordem pública, salientando que neste período a população de ascendência burguesa teria um olhar pejorativo em relação aos capoeiristas e o desenvolver da capoeira, de modo que as autoridades estavam atentas em flagrar as rodas de capoeiras para punir os praticantes e ocorrer à diminuição da mesma.

Quanto aos escravos capoeiras, até 1850 o açoite era o castigo mais comum a eles aplicado. Em 1824, a pena prevista era de 200 açoites, caindo para 150 em 1845 (Documentação jurídica,1988). Além do açoite, ele também eram punidos com obrigatório em obras do governo. Até a primeira metade do século 19, a pena do açoite, por vezes acompanhada de “Palmatoadas” ou de trabalho obrigatório, foi sistematicamente aplicada aos escravos capoeiras. (VIDOR, 2013, p.28).

Como comprova o historiador Thomas Holloway, a prática da capoeira era vista pela polícia como um comportamento a ser punido e corrigido pelas autoridades policiais, sem a necessidade de abertura de processos policiais. (Thomas Holloway, 1989).

Sendo assim mediante a pesquisa realizada, fica nítido que não haveria abertura de processo para punições que os policiais realizavam contra os praticantes da capoeira, até por que se entendia que era um meio de combater os “baderneiros” da sociedade assim como eram considerados e visto em meio à sociedade os capoeiristas.

Em meio às punições, se alguns dos “negros livres” fossem presos por praticar capoeira a situação se tornava complexa, pois essa prática não era considerada crime prescrito por lei. Em 1872 começou se pensar na capoeira como crime. Tornando a situação do/a negro/a ainda mais complicada ao se associar essa prática ao temor dos cidadãos, passou a ser considerada uma “doença moral” que a cada dia estava mais presente nas ruas. Devido o crescimento de capoeirista o chefe de polícia do Rio de Janeiro procurou “Tarjar” a capoeira como crime. Antes que a mesma fosse considerada crime seus praticantes já eram todos vistos como criminosos. Mediante o novo Código Penal, de 11 de Outubro de 1890, a capoeira passou a ser um crime. De acordo com Rego:

Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidades e destreza corporal conhecida pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal provocando tumulto ou desordem, ameaçando, pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor e algum mal. Pena de prisão[...] de dois a seis meses. Parágrafo único: é considerada circunstancia agravante pertencer o capoeira algum bando ou malta. Aos chefes e [lideres] se imporá a pena em dobro. (REGO, 1968, p.296).

De modo que mesmo sendo consciente de toda perseguição e punição, e como também serem considerados criminosos pela prática da capoeira, os negros não desistiram de lutar pela sua liberdade. Buscaram treinar escondidos de seus senhores, que no decorrer dos acontecimentos, no qual já havia um decreto proibindo esse ato considerado crime, que colocava em risco a ordem pública, perceberem que essa “arte” dos escravos era muito perigosa para ele, e mesmo com as proibições e ameaças não foram suficientes para fazê-los desistirem da luta. Mesmo com tantas punições os escravos arquitetavam fugas na esperança de adquirir sua total liberdade, o que nem sempre saía como esperavam e na maioria das vezes eram capturados e trazidos novamente para seus senhores que os puniam severamente pelo ato ocorrido. De acordo com Arnt e Banalume “A qualquer sinal de rebeldia era punido”. Depois de chicoteados, os fujões recebiam um coquetel de sal, limão e urina nas feridas. (ARNT e BANALUME NETO 1995, p. 37).

Quando as fugas davam certo, os negros se refugiavam nas matas e cada vez mais o número de negros aumentava na busca por sua liberdade, assim surgiram os “quilombos”, lugar no qual podiam expressar sua cultura, religião tendo a oportunidade de desfrutar da liberdade que o ambiente quilombola lhe possibilitava. Sobre essa questão, Moura ressalta que:

Essas comunidades de ex-escravos organizavam-se de diversas formas e tinham proporções e duração muito diferentes. Havia pequenos quilombos, compostos de oito homens ou pouco mais; eram praticamente grupos armados. No recesso das matas, fugindo do cativo, muitas vezes eram recapturados pelos profissionais de caça aos fugitivos. Criou-se para isso uma profissão específica. Os capitães do mato no Brasil, todos usavam táticas mais desumanas de captura e repressão. (MOURA, 1987, pp. 12-13).

Em meio a liberdade no quilombo, os/as negros/as aproveitavam para praticar a capoeira, até mesmo treinar, para que estivessem prontos, para enfrentar os capitães dos mato no momento que fossem perseguidos e capturados pelos mesmos.

A capoeira foi perseguida, ao longo dos anos, assim não seria diferente no período republicano, mesmo com abolição da escravidão no Brasil, através da Lei Aurea no ano de 1888, que subintendia liberdade do indivíduo inserido no contexto histórico como escravo, partiria da compreensão que o mesmo seria liberto não somente da escravidão o qual era submetido, mas também teria liberdade de praticar a sua cultura e religiosidade. Mas logo após a Lei Aurea entrar em vigor, buscou-se no ano de 1890 implantar o artigo 402, que proibiria a prática da capoeira.

Mesmo com a abolição da escravidão no Brasil, o negro não teve a liberdade de colocar em prática sua cultura e muitas vezes seus saberes trazidos da África, de modo que ser negro já era difícil e ser capoeira então só aumentava a dificuldade de “sobreviver”. Mesmo diante das perseguições amparadas por leis, os negros não desistiram e aos poucos foram ganhando seu espaço. Assim ressalta Areias:

[...] transformada em uma verdadeira luta acrobática, aperfeiçoada e mesclada de tantos artifícios quantos fossem necessários para safar-se da perseguição dos poderosos, a capoeira e os capoeiristas conseguem, com artimanhas e habilidades, atravessar esse período tempestuoso. (AREIAS, 1983, p. 52).

Os/as negros/as não contavam com muita liberdade para finalmente exercer sua “arte”, quando e onde quisessem, mais estavam fazendo a diferença. Um período de extrema importância para os capoeiristas foi na década de 1930 quando Getúlio Vargas assumiu o poder e teve um olhar diferenciado a capoeira permitindo sua prática, possibilitando um espaço “adequado” saindo das ruas e matas para as academias sob supervisão e adquirindo uma licença para ser devidamente “legalizada”. Assim “permitiu a prática (vigiada) da capoeira: somente em recintos fechados e com alvará da polícia”. Capoeira (1999, p. 25). Com esse ato a capoeira já não era tão descriminalizada tornando-se atrações em festas, o que foi aumentando o sentimento de “felicidade” dos negros capoeiristas que sentiam prazer em expor sua “luta” e conquista. Sobre tal situação comenta Areias (1983): “Não sendo mais perseguidos, os capoeiristas, sedentos de expressão, infestavam as ruas e praças das cidades com as suas rodas de capoeira. A capoeira era parte integrante e obrigatória de todas as festas populares”.

A perplexidade da capoeira em suas diversas formas de serem representadas em meios as tantas mudanças adquiriu um novo perfil sendo considerada herança, fruto de uma mistura de raças, não sendo mais tarjada de “coisa de marginal” passou a ser vista como realmente é, ou seja, representada como um jogo, brincadeira, luta e dança.

Outro folgado guerreiro muito mais violento, a “capoeira”: dois campeões se [lançam] um contra o outro, procurando dar com a cabeça no peito do adversário que desejam derrubar. Evita-se o ataque com saltos de lado e paradas igualmente hábeis; mas, lançando-se um contra o outro, mais ou menos como bodes, acontece-lhes de chocarem-se fortemente cabeça contra cabeça, o que faz com que a brincadeira não tão rara [termine] em briga e que as facas entrem em jogo, ensanguentando-a. (RUGENDAS, 1835/1979, p 280)

Os relatos sobre a capoeira nessa época ainda tinha um certo peso, a mesma continuava ligada a violência tida como “luta”, esse pensamento se perpetuava também

as autoridades, porém os críticos destacava o grau de agressividade que nela existia, mas a colocava como uma esfera dinâmica valorizando, suas apresentações em festas populares. Ainda havia aqueles que a considerava um método político para amenizar seu lado ameaçador aos escravistas. (MORAES, 1979) define a capoeira em três palavras: jogo, ginástica e luta; relacionando sua afirmação a um legado de mestiçagem e uma expressão de personalidade original criando uma nova identidade no Brasil. No intento das décadas de 1930 e 1940 foi se tornando o foco de estudiosos tanto brasileiros quanto estrangeiros por sua prática, no qual foram esses autores que contribuíram para transformar a visão arraigada sobre a capoeira de modo que começaram a apontar a capoeira como expressão afro-brasileira. Assim ressaltamos que:

Entre as décadas de 1930, cresce o interesse de intelectuais brasileiro e de alguns estrangeiros por essas manifestações, que se tornam seus objetos de estudo e pesquisa. Entre eles estavam Gilberto Freyre, Édson Carneiro, Arthur Ramos, Jorge Amado, Donald Pearson. Na realidade, esses intelectuais tiveram uma participação importante na construção de uma nova visão da sociedade sobre as manifestações culturais afro-brasileiras.(IPHAN, 2014, p. 47).

Abordar sobre a capoeira é de extrema importância, visto está dividida em duas modalidades: a angola que é mais considerada africana e a regional que é tida como uma modificação da contemporaneidade, dois nomes que representam muito bem essas modalidades são os mestres: Vicente Ferreira Pastinha (Pastinha) e Manoel dos Reis Machado (Bimba). Capoeira (1985)

A Capoeira Angola estava presente na academia de Mestre Pastinha ela possui esse nome porque os angolanos eram quem mais a praticava. Nessa categoria se destaca o gingado representado através de movimentos que se assemelha a uma dança perversa, porém agressiva.

Em seu livro Capoeira Angola, (Pastinha, 1988, p. 27) assevera o seguinte: “o nome Capoeira Angola é consequência de terem sido os escravos angolanos, na Bahia, os que mais se destacaram na sua prática”. (Pastinha, 1988, p. 28) esse mestre acrescenta ainda que: “a Capoeira Angola se assemelha a uma graciosa dança onde a ‘ginga’ maliciosa mostra a extraordinária flexibilidade dos capoeiristas. Mas, Capoeira Angola é, antes de tudo, luta e luta violenta”. (PASTINHA, 1988, p. 28).

A Capoeira Regional foi criada por Mestre Bimba por meio da junção de uma antiga luta praticada por seu pai e da própria Capoeira Angola nomeando assim sua nova modalidade de Capoeira Regional na qual alegava benefícios tanto físicos quanto mental. Mestre Bimba no livro, “A Saga de Mestre Bimba”, de Almeida (1994, p. 17)

faz a seguinte afirmação: “Em 1928 eu criei, completa, a Regional, que é o batuque misturado com a Angola, com mais golpes, uma verdadeira luta, boa para o físico e para a mente”.

Essa nova categoria fez a diferença, pois diferente da Capoeira dançada na academia do Mestre Pastinha, as novas técnicas fizeram com que não só negros fizessem parte, mais trouxe para esse meio cidadão de outras classes sociais intensificando o processo de aceitação da capoeira. Para (Capoeira 1998, p. 52), o método de ensino, os novos golpes e a nova mentalidade, somados ao fato de a maioria dos alunos de Bimba pertencer à classe média, com outros valores, fez com que a Capoeira Regional de Bimba se diferenciasse muito da capoeira tradicional.

Com isso os capoeiristas não tiveram mais que se esconder e nem a capoeira, essa prática ganhou novas modalidades de espaço e surgiu a primeira “escola” de capoeira precisamente para essa prática de modo “legalizado”. Sobre essa questão (Dossar 1991, p. 42) afirma que: “a primeira academia que ensinou a capoeira formalmente foi estabelecida por Manoel dos Reis Machado em 1932”.

Os Mestres de capoeira são os protagonistas das rodas de capoeira são eles que comandam o jogo, a eles são transmitidas considerações e respeito, pois é ele quem “protege” a cultura, se constitui um sábio que guarda os conhecimentos da roda, torna-se responsável por repassar saberes, e manter viva uma nova identidade brasileira. É o Mestre que inicia as rodas de capoeira e tem o direito de tocar o berimbau principal e entoar as melodias, também manuseia o ritmo, dar a permissão aos capoeiristas para entrarem na roda. Um fato muito importante nas rodas de capoeira é o respeito às normas dos grupos nos quais os capoeiristas fazem parte. Respeitar o “irmão” na roda é uma das principais regras. Além de jogar capoeira os participantes também tem que ter conhecimento sobre os instrumentos que fazem parte, como também saber tocá-los, lançando golpes, movimentos, gingado, defesas, ataques e saltos acrobáticos tudo com muita agilidade.

Todos os integrantes da roda devem saber tocar os instrumentos (berimbau, pandeiro, agogô, caxixi, atabaque e reco-reco), cantar um repertório comum de cânticos, improvisar melodias e canções, conhecer e respeitar os ritos, cosmologias, hierarquias e códigos de ética e conduta, confeccionar o berimbau e outros instrumentos e, ainda, exercer um imenso conjunto de movimentos, golpes e contragolpes (IPHAN, 2014, p. 06).

A estrutura “física” da capoeira é a roda, é nela que tudo acontece, na roda estão representados todos os elementos de uma só vez a dança, a diversão, a luta, o esporte, a arte, a mandiga, a malícia enfim as manifestações afro-brasileiras. Sempre ao som dos

instrumentos os participantes cantam e agitam a roda com palmas. Para que toda a “festa” seja possível os capoeiristas dependem principalmente da destreza de seu corpo, nesse meio está completamente inserida a biografia dos negros escravizados, as histórias que algumas vezes são relatadas por músicas. Esse fato Mestre Liminha retrata em uma de suas músicas:

### **Saculejo do Navio**

No saculejo do Navio que eu cheguei aqui  
 Meio morto meio vivo  
 Mas eu resisti  
 E o meu corpo desceu leve  
 Desceu lá dos ares  
 Meio morto meio vivo foi  
 O que me senti

A sua chibata por mais que me bata  
 Se ela não me ataca eu vou resistir  
 A sua chibata por mais que me bata  
 Se ela não me mata eu volto a dormir  
 Mas quem nasceu pra ser guerreiro  
 Não aceita cativo  
 Por isso que eu fugi

Bis  
 Olé, olé, olé Zumbi  
 Olé, olé capitão da mata vem aí  
 Olé, olé, olé Zumbi

Olé, olé capitão da mata vem aí  
 Coro - Olé, olé, olé Zumbi

Olé, olé capitão da mata vem aí  
 Olé, olé, olé Zumbi

Fonte: Mestre, Lima. **Saculejo do Navio**. Disponível em: <<http://capoeiralyrics.info/songs/saculejo-do-navio.html>> Acesso em: 04 out. 2016.

No decorrer da década de 50 a capoeira começa a se expandir não somente no Brasil, mas em um âmbito Internacional, no qual possivelmente Mestre Arthur Emídio foi o primeiro a apresentar a capoeira em alguns países, no ano de 1950, a exemplo da Argentina, México e Estados Unidos e, por conseguinte o continente Europeu.

Em 1966, Mestre Pastinha e seus alunos buscaram mostrar sua “Arte” na África em um evento de Artes Negras. Um meio propício para que fosse divulgada a capoeira era se envolvendo em festas folclóricas, salientando que muitos que viajavam para expor seu trabalho não, mas retornava ao Brasil. Assim, aceitação fora do Brasil era algo que vinha a surpreender os Mestres, no qual acabavam por se fixarem em outros países, um exemplo disso é o Mestre Jelon Vieira participante do grupo Viva Bahia,



sendo ele a divulgar seu estilo de capoeira na Europa e estabelecendo sua morada, tornando o transmissor da capoeira nos Estados Unidos.

A capoeira passou por “um caminho improdutivo” totalmente rejeitada pela sociedade, até se tornar oficialmente Patrimônio imaterial do Brasil. Por ser detalhadamente enriquecida em suas expressões. As duas modalidades da capoeira, sendo elas “Angola” e “Regional”, no qual criaram uma ligação com a cultura brasileira, desse modo a capoeira foi restrita como um patrimônio imaterial, tendo esse título primeiramente em Salvador, ficando famosa nacionalmente com o reconhecimento de grandes aparições envolvendo música, dança, luta e principalmente cultura.

Além da riqueza dos movimentos e do ritmo característico, a Capoeira Regional ou de Angola catalisaram traços indenitários que se tornaram signos da emancipação do homem negro na sociedade brasileira. Assim, por iniciativa do próprio Ministério da Cultura e do Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN), a “Capoeira” foi registrada em Salvador (Bahia) como um bem imaterial, tornando-se nacionalmente reconhecida como uma das genuínas manifestações artísticas brasileiras, envolvendo linguagens, danças e ritmos. (PELEGRINI, 2008. P. 147)

Ao mencionar a palavra patrimônio já nos faz pensar em “Patrimônio Material e Imaterial”<sup>2</sup>. Patrimônio material se refere a bens “tocáveis” deixados como legado com altos valores, como também não tendo um valor calculável, mas que possuem valores, significados e sentimentos. De modo que patrimônio imaterial se faz presente na memória de um grupo social, que traz meios que confirme sua importância para a sociedade.

Sendo assim, explicamos a partir deste conceito, como a capoeira se tornou patrimônio imaterial, já que a capoeira não é objeto que nos permite tocar, mas é algo que se memoriza de forma coletiva, um exemplo disso está nas músicas decantadas nas rodas, nas expressões corporais no jogo da capoeira ensinados pelos mestres, na sincronia dos tons e ritmos dos instrumentos que ecoam no ambiente que estão a praticar uma das maiores divulgadora da cultura brasileira.

Diante dessa expressão que a capoeira tem através de seus capoeiristas, que trazem consigo heranças culturais enraizadas em sua identidade, os mesmo que sempre lutaram e relutaram para tornar legalizada a capoeira e divulgar o quanto é benéfica em

---

<sup>2</sup> Patrimônio cultural e imaterial são as praticas, representações, expressão, conhecimento e técnicas junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhe são associados- que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte de seu patrimônio

todos os sentidos, desde a saúde a educação, tendo o intuito de desmitificar o olhar pejorativo que tinha e tem sobre a mesma.

Nesta busca incessante, apontando as perseguições dos “Capatazes”, “Latifundiários”, “Burgueses” “Militares” e até mesmo cidadão que desconhecem a importância da capoeira, salientamos que todas essas perseguições, lutas, protestos, manifestações foram de suma importância, para que conseguisse da visibilidade a capoeira.

De modo que no delinear do tempo, com as políticas públicas e apoio da UNESCO, em uma das conferências tendo participante, Gilberto Gil um dos maiores defensores, para a legalização da capoeira, no qual em eventos da UNESCO buscou levar representantes da mesma, de maneira que pudessem em suas apresentações expressar a cultura afro-brasileira através da sua apresentação, dando ainda mais visibilidade. Assim, os capoeiristas iriam ganhando o seu espaço na sociedade, de forma que no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em seu segundo mandato, buscou através do conceito discutido de patrimônio imaterial em Agosto de 2000, e salientando que a capoeira se enquadra nos requisitos que definem patrimônio imaterial, a qual citei mais acima. Destarte que no ano de 2000, haveria um requerimento para que a mesma viesse se torna imaterial, mas somente em 15 de julho de 2008 que foi reconhecida como Patrimônio Cultural Brasileiro e registrada como bem cultural de natureza imaterial, tendo que para passa por um processo de mapeamento, assim ressaltamos Pelegrini (2008):

O dossiê que acompanha o processo de registro reúne os frutos de uma intrincada investigação efetuada entre os anos de 2006 e 2007 e culminou em um inventário crucial para o mapeamento das origens dessa tradição cultural popular. A complexidade do trabalho envolveu um grupo multidisciplinar de profissionais e a parceria do IPHAN com estudiosos das universidades federais da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e da Federal Fluminense. As pesquisas foram centralizadas em Salvador, Rio de Janeiro e Recife, cidades portuárias consideradas locais originários do desenvolvimento da capoeira no Brasil. (PELEGRINI, 2008, p 150)

Todavia trazia explícito no livro dos Saberes a inscrição do ofício dos mestres de capoeira, a roda de capoeira no Livro das Formas de Expressão sendo aprovada pelo conselho consultivo do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Assim a partir da votação realizada no Palácio Rio Branco localizada na capital Baiana, onde se encontrava muitos capoeirista dos mais variados lugares do Brasil, para acompanhar a votação decisiva, para a torna uma prática

legalizada, de acordo com decreto nº 3.551/2000, que tornava a capoeira como patrimônio imaterial e dando o direito a prática da mesma.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para tanto, buscou-se neste trabalho discutir, o processo que tornou a capoeira patrimônio cultural imaterial do Brasil, que teve o intuito de abordar, como ocorreu a diminuição dos olhares pejorativo sobre a mesma, por vezes vista como “coisa de marginais”, na qual veio a se tornar importante para a sociedade, salientando que antes de se tornar patrimônio cultural imaterial era “rejeitada”, por cidadãos que desconheciam as contribuições que a mesma traria para a cultura brasileira.

Sendo assim diante das análises que foram realizadas através das leituras tidas, para o discorrer deste trabalho, ficou entendido que foi preciso lutar para que a capoeira tivesse suas conquistas significativas, de maneira que ressaltamos que não foi somente a luta física, mas também a expressividade através das rodas de capoeira em praça pública, tendo o intuito de conquistar o espaço na sociedade, no qual essas formas de expressividades foram importantes, para que a tornasse patrimônio cultural imaterial, através do decreto nº 3.551/2000.

Entretanto, mesmo a capoeira se tornando patrimônio, os capoeiras continuam sendo resignados. De modo que é notável diante da sociedade, que mesmo depois de uma conquista tão significativa, ainda existe o preconceito sobre a prática da capoeira, mesma a tendo visibilidade nas academias e sendo utilizada de forma lúdica no ensino das escolas.

Portando, diante desta conquista da capoeira tornando-a patrimônio, hoje a prática da capoeira não está relacionada apenas a “Negros”, “Escravidados” e “Marginais”. Não a tornando exclusivo a este público, tendo a participação de “homens brancos”, “mulheres”, “crianças”, “crianças especiais”, “idosos” e pessoas de todas as classes sociais também apreciam tal luta.

Por fim, diante desta luta em buscar da legalização, que partir deste momento histórico, fora de suma importância, para que a mesma viesse a se tornar patrimônio. Assim, a capoeira avançou muitos nos últimos anos, não apenas no Brasil mais em outros países também se faz presente assim começa um processo de valorização dessa arte, sendo praticada pelo mundo em mais de 150 países e por quase 11 milhões de pessoas. A mesma é um artifício que não escolhe idade nem gênero, nesta

contextualização afirma o Mestre Pastinha: “A capoeira foi feita para todos, mais nem todos foram feitos para a capoeira”.

## **HENCOOP: BRAZILIAN IMMATERIAL INHERITANCE**

### **ABSTRACT:**

This article has like proposed we discuss the trajectory of as the hencoop, it became when - Institute of the National Historical and Artistic Inheritance - as immaterial cultural inheritance of Brazil was recognized by the IPHAN. So, in talking of this work we will look to report this historical trajectory, boarding from moment in which the "Black men" originating from the African continent are entered by it to Brazil, in order that they were enslaved, in which they brought in spite of the fact that himself you knew, that they won ressignificação, to example the "Hencoop", which we discuss in this work, doing an explanation historiográfica from the stages, when same it started to be pursued by the law that was making it crime, when his legalized practice made it and for end being recognized like inheritance. So that, for realization of the above-mentioned work some leituras were relevant just like: AZEVEDO (1987), HENCOOP (1985), MATTOS (2016), I WATER (1968) among others.

Hencoop. Immaterial inheritance. Afro-Brazilian culture.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Raimundo César Alves de. **A saga do mestre bimba**. Salvador: Ginga associação de Capoeira, 1994.

AMARAL, vera Lucia Ferlini, **A civilização do açúcar (século XVI a XVIII)**. 1º ed.1984, Editora brasiliense.

ARNT, Ricardo; BANALUME NETO, Ricardo. A cara de Zumbi. **Revista Superinteressante**, São Paulo, ano 9, n. 11, p. 30-42, nov. 1995.

ARAGÃO, Ivan Rêgo. **Devoção negra aos santos católicos: identidade, hibridização religiosa e cultural nas celebrações**. Artigo. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>> Acesso: 29/08/2016.

AREIAS, Anande das. **O que é capoeira**. São Paulo: Ed. da Tribo, 1983.

AZEVEDO, C. M. M. **Onda negra, medo branco**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CAPOEIRA, Nestor. **Capoeira: pequeno manual do jogador**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

CAPOEIRA, Nestor. **Galo já cantou**. Rio de Janeiro: Arte Hoje, 1985.

Daniel Domingues. **A participação africana no tráfico de escravos** Disponível em: <<http://civilizacoesafricanas.blogspot.com.br/2010/05/participacao-africana-no-trafficode.html>>. Acesso: 10/09/2016

DOSSAR, Kenneth. Capoeira: an African based tradition in United States. **Joperd**, Reston, v. 62, no. 2, p. 42-44, Feb. 1991.

FONTOURA, Adriana. GUIMARÃES, Adriana. **História da Capoeira**. Artigo. Ano. 2002. Disponível em: <https://issuu.com/pardalcapoeira/docs/namefc7e04> Acesso: 27/08/2016

GasparettoJunior,**NaviosNegreiros**,Disponível:<[www.historiabrasileira.com/escravidão-no-brasil/navios-negreiros](http://www.historiabrasileira.com/escravidão-no-brasil/navios-negreiros)>.Acesso: 06/09/2016

HOLLOWAY, Thomas. O ‘saudável terror’: repressão policial aos copeiras e resistência dos escravos no Rio de Janeiro no século XIX”. In. **Cadernos Cândido Mendes**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos afro-asiáticos, março de 1989.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Roda de capoeira e ofício dos mestres de capoeira**. Brasília, DF: Iphan, 2014. 148 p.: il. Collor; 25 cm. – (Dossiê Iphan; 12).

Lurdes, Oliveira, Casco. **A importância da cultura Africana e Afro-brasileira na História do Brasil**. Disponível em: <[http://www.comfor.unifesp.br/wpcontent/docs/COMFOR/biblioteca\\_virtual/GDIE/mod5/LC\\_Unidade1\\_Mod5\\_GDIE.pdf](http://www.comfor.unifesp.br/wpcontent/docs/COMFOR/biblioteca_virtual/GDIE/mod5/LC_Unidade1_Mod5_GDIE.pdf) >Acesso: 29/08/q2016.

MARTINS, Sheila Franco. **A contribuição à capoeira no desenvolvimento psicomotor de criança de seis a 10 anos de idade**. Universidade Rio de Janeiro, 2004.

MATTOS, Regiane Augusto. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2016.

MELLO, André da Silva. Esse nego é o diabo, ele é capoeira ou da motricidade brasileira. In: **Revista Discorpo**. São Paulo, n. 6, p. 29-39, 1996.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões na Senzala, Quilombos, Insurreições, Guerrilhas**, São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1981.

MORAES FILHO, Mello (1983) “Capoeiragem e capoeira célebres”. In: Festa. Tradições Populares. São Paulo: Edusp,1979.

REGO, Waldeloir. **Capoeira Nagola**: ensaio sócio – etnográfico. Salvador: Itapuã, Coleção Baiana, 1968.

RUGENDAS, João m( 1835) **viagem pitoresca através do Brasil**. 2 v.8 .ed. São Paulo: Edusp, 1979.

PASTINHA, Mestre. **Capoeira Angola**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1988. 78p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PELEGRINI. Sandra C. A. **A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade**. Artigo. 2008

PETTA, Rosângela. **O jeito brasileiro de ir à luta**. **Super Interessante**, São Paulo, ano 10, n. 5, p. 46-57, maio 1996.

SANTOS, Luiz Silva. **Educação, Educação Física, Capoeira**. Maringá: Imprensa Universitária, 1990.

CAVALCANTE. Talita. **O leilão de escravos vindos da África**. Disponível em: <[www.museudeimagens.com.br/leilao-de-escravos](http://www.museudeimagens.com.br/leilao-de-escravos)> Acesso em: 07/09/2016

VALENTE, Ana Lucia E.F. **Ser Negro no Brasil hoje**/ Ana Lucia E.F. Valente.—São Paulo: Mordena, 1987.

VIDOR, Elisabeth e REIS, Letícia Vidor de Sousa. **Capoeira**: uma herança cultural afro-brasileira. São Paulo: Selo Negro, 2013.

#### **FONTES:**

Rodadecapoeira.Disponívelem:<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/26-11>2014Roda%20de%20Capoeira.pdf>> acesso:06/10/2016

Disponível em: <[mundodaeducacao.bol.uol.com.br](http://mundodaeducacao.bol.uol.com.br)> Acesso em: 17/10/2016

**Decreto nº 847**, de 11 de outubro de 1890. Promulgada o Código Penal. Disponível em:  
<<http://legis.senado.gov.br/listapublicacoes.action?id=66049>> Acesso em: 03/10/2016.